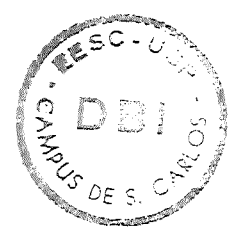


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ECONOMIA

Felipe Luiz Gomes e Silva

Publicação 067/83



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS  
Departamento de Engenharia de Produção

SEM-107 - ECONOMIA

PROF. FELIPE LUIZ GOMES E SILVA.

1 - APRESENTAÇÃO

Estes textos, reproduzidos pela Seção de Publicações da EESC-USP, têm como objetivo oferecer alguns subsídios à discussão que será realizada em sala de aula sobre os temas: Recessão e Inflação.

Portanto, dada a complexidade do assunto, solicitamos aos alunos que considerem tais textos uma simples introdução. Deverão ser precedidos pelas seguintes leituras:

- a) História da riqueza do homem - Huberman, Leo - Zahar.
- b) A experiência histórica da industrialização brasileira - Singer, Paul - CEBRAP.
- c) Internacionalização da economia - Silva, Adroaldo M.- Brasil 1990 - Rattner, H. - Brasiliense.

2 -TEXTOS

- 2.1 - Mecanismo do auge econômico - Kalecki, M.
- 2.2 - Aspectos políticos do pleno emprego - Kalecki, M.
- 2.3 - Recessão econômica (Resumo) - Silva, Felipe Luiz G.
- 2.4 - Inflação (Resumo) - Silva, Felipe Luiz G.
- 2.5 - Recessão e inflação - Nakano, Y.
- 2.6 - Greve: uma discussão sobre as consequências - Santos, Gabriel Ferrato.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS  
Departamento de Engenharia de Produção

SEM-107 - ECONOMIA

O MECANISMO DO AUGE ECONÔMICO\* - Michal Kalecki

1 - Um dos sintomas mais óbvios da depressão é o desemprego maciço. Deve-se este desemprego a escassez de equipamento de capital, ou seja, a uma inadequada acumulação de capital fixo em relação ao crescimento da população? Certamente não. O que ocorre é justamente o contrário. O grau de utilização do equipamento de capital existente é muito pequeno durante a depressão: o equipamento ocioso é a contrapartida do desemprego da força de trabalho. A que se deve atribuir o fato de o proprietário do equipamento não utilizado não se decidir a produzir, se conta com uma oferta permanente de trabalho ocioso? Qualquer empresário responderia que isto seria pouco lucrativo: os preços a que poderia vender não cobririam nunca seus custos correntes, ou seja, os gastos em matérias-primas, trabalho, impostos etc. Deste modo, costuma-se recomendar a redução dos salários como remédio para a depressão. No entanto, uma das principais características do sistema capitalista é o fato de que o que é bom para um empresário individual não beneficia necessariamente a todos os empresários como classe. Se um empresário reduz seus salários pode, "ceteris paribus", aumentar sua produção. Mas se todos os empresários fazem o mesmo, o resultado será totalmente distinto.

Suponhamos que se faça uma redução geral dos salários e dos impostos (como contrapartida da redução dos salários dos funcionários públicos). Os empresários, como consequência da "melhor" relação preços-salários, utilizam seu equipamento a plena capacidade, desaparecendo assim o desemprego. Terá a depressão, portanto, sido vencida? Em absoluto, é preciso que os bens produzidos possam ser vendidos. A produção foi aumentada consideravelmente e, como consequência do crescimento da relação preços-salários, a parte da produção correspondente aos lucros (incluindo a depreciação) dos capitalistas (empresários e os que recebem renda fixa) cresceu ainda mais. A condição necessária para que se possa conseguir o equilíbrio a este nível mais elevado é que a parte da produção não consumida pelos trabalhadores ou funcionários públicos seja adquirida pelos capitalistas com o aumento de seus lucros. Em outras palavras, os capitalistas devem gastar imediatamente em consumo ou investimento todos os seus lucros adicionais. Entretanto, é muito pouco provável que isto ocorra. Em geral, o consumo dos capitalistas varia muito pouco ao longo do ciclo econômico. É certo que o aumento da rentabilidade estimula o investimento, mas este estímulo não surtirá efeito porque os empresários adiarão decisão de investir até estarem convencidos de que o aumento da rentabilidade vai ser permanente. Na realidade, o efeito imediato do crescimento dos lucros será a acumulação de reservas monetárias por parte dos empresários e dos bancos. Os bens correspondentes ao aumento dos lucros permanecerão, pois, não vendidos. A acumulação de estoques exigirá uma nova redução dos preços dos bens que não encontrem saída. Deste modo, desaparecerá o efeito da redução dos custos. Em resumo, a diminuição dos preços, ao atenuar-

(\*) Publicado em Estudios sobre lateoria de los ciclos económicos, Colección Demos, Ediciones Ariel, Caracas-Barcelo, 1970, capítulo 3, pp. 58/70. Publicado também em Michal Kalecki, "Selected essays on the dynamics of the capitalism economy."

-se a vantagem conseguida pelos capitalistas mediante a redução dos custos, provocará concomitantemente o reaparecimento do desemprego e a sub-utilização do equipamento.

De fato, a redução dos salários não produz efeitos nem sequer durante o aumento temporário da produção anteriormente descrito. Com efeito, não só o investimento, mas também a utilização do equipamento existente não responderão imediatamente ao crescimento da rentabilidade. Isto se deve a que, imediatamente depois da redução dos salários e antes que os empresários possam se organizar para elevar a produção com o equipamento existente, a que dos preços pode acontecer. Como os empresários não usam em seguida os meios que subtraíram dos trabalhadores para comprar bens de consumo ou de investimento, a receita da indústria se reduz em uma quantidade igual. O que os empresários ganham por meio da redução dos salários, perdeu imediatamente através da diminuição dos preços. Tudo isto pode ser observado em todos os países durante a depressão mundial no período de 1931-1932, quando a onde de redução salariais produziu uma queda rápida dos preços e não o aumento da produção.

2 - A doutrina que propõe a redução dos salários como recurso contra a depressão se complementa, às vezes, com um remédio contra a queda dos preços. Recomenda-se a criação de cartéis para deter a "competição ruínosa" (de preços). Suponhamos que se tenham formado cartéis em todas as indústrias e que os salários tenham se reduzido adequadamente, mas, que a diminuição na procura dos trabalhadores não tenha nenhuma repercussão nos preços, já que os cartéis os mantêm em um nível estável. A "melhora" na relação preços-salários pode ajudar a vencer a depressão? Na realidade, é bastante improvável que os cartéis invistam os lucros derivados das reduções salariais com maior rapidez que os empresários em condições de "livre concorrência". O que ocorre é precisamente o contrário. Tanto em um sistema totalmente "cartelizado", como em condições de "livre concorrência", a receita da indústria diminuirá tanto quanto os seus custos. Se os preços não se alteram, então serão as vendas dos bens que diminuirão na mesma proporção que a receita. Assim as reduções salariais, que não originam qualquer aumento da produção no caso de uma economia competitiva conduzem, como consequência da rigidez dos preços, em um sistema totalmente "cartelizado", a uma queda da produção e a uma elevação do desemprego.

Em um sistema "misto", formado por um setor com cartéis e outro competitivo, o resultado das reduções salariais será intermediário: a queda da produção será menor que a que se produziria em um sistema totalmente cartelizado.

3 - Do argumento anterior deduz-se que a redução não constitui um remédio contra a depressão, já que os capitalistas não dedicam imediatamente os lucros derivados dela à compra de bens de investimento. Vamos demonstrar que o contrário é certo: um aumento do investimento, per si, que não seja acompanhado por uma diminuição nos salários, provoca um crescimento do produto.

Suponhamos que, como resultado de um importante invento, se produza um aumento no investimento associado à sua difusão. Os capitalistas podem agora aumentar seus investimentos apesar de seus lucros não terem crescido (não se reduziram os salários) nem tão pouco foram reduzidos seus consumo "ad hoc" (sem dúvida, isto é muito improvável). O financiamento do investimento adicional obtém-se por intermédio da chamada criação de poder aquisitivo. A demanda de créditos bancários aumenta e os bancos satisfazem-na por meio de suas reservas. A construção de novas fábricas por parte dos empresários faz aumentar sua demanda - a da indústria de bens de capital. Esta demanda adicional contribui para por em funcionamento o equipamento ocioso.

so e absorver o desemprego. O aumento do emprego é uma fonte de demanda adicional de bens de consumo da qual resulta, por sua vez, em um maior emprego nas respectivas indústrias. Finalmente, o desembolso dos investimentos adicionais passa diretamente e através dos gastos dos trabalhadores aos bolsos dos capitalistas (suponhamos que os trabalhadores não poupem). Os lucros adicionais servem como depósitos aos bancos, cujas reservas são, deste modo, repostas. Isto permite voltar a recorrer a elas para conceder os créditos adicionais para a continuação do investimento associado ao novo invento. Como resultado da aceleração da circulação monetária, os créditos bancários aumentam em uma quantidade igual ao investimento adicional e os depósitos em uma quantidade igual aos benefícios adicionais. Os empresários que realizam um investimento adicional mobilizam os lucros de outros capitalistas em uma quantidade igual ao seu investimento. Deste modo, endividam-se, com os ditos capitalistas, pela mesma quantidade, através dos bancos.

Nas seções precedentes, analisamos o problema consistente em saber se são investidos os lucros resultantes de uma redução de custos. No caso atualmente considerado, os lucros, para expressá-lo paradoxalmente, são investidos inclusive antes de serem obtidos. Os lucros que não se investem não podem realizar-se, já que a consequente caída da produção e dos preços os faz desaparecer. A criação do poder aquisitivo para financiar investimentos adicionais faz com que o produto se eleve acima do baixo nível alcançado na depressão, com o qual se criam lucros iguais a este investimento.

Temos que lembrar que o crescimento do produto provocará um aumento na demanda de dinheiro em circulação, o qual requererá um aumento dos créditos concedidos pelo Banco Central. Se o Banco Central responde elevando a taxa de juros a um nível tal que o investimento total se reduz a uma quantidade igual ao investimento adicional originada pelo novo invento, não se seguirá disto nenhum aumento do investimento e a situação econômica não melhorará. Assim, pois, a condição necessária para que prossiga a alta é que o crescimento da taxa de juros correspondente ao aumento da demanda de dinheiro não seja excessivo.

O que ocorre quando o novo invento tiver sido totalmente difundido e se esgotar a fonte original de alta econômica, desaparecendo assim o estímulo ao investimento? É inevitável então a depressão? Não, porque o elevado nível de rentabilidade, prevalecente na economia em seu conjunto, terá provocado um aumento do investimento. E é precisamente o investimento originado pela maior rentabilidade que intervirá quando houver se esgotado o efeito do novo investimento.

4 - Na seção anterior descrevemos o auge econômico resultante do investimento induzido por um importante invento, o qual, a té certo ponto, é uma questão de azar. Sem um estímulo externo deste tipo, duraria sempre a depressão? Não cria a mesma depressão umas forças inerentes que tendem a destruí-la provocando um incremento ao investimento?

Suponhamos que a economia se estabiliza no "solo" da depressão, a um baixíssimo nível de atividade econômica. Suponhamos também que o investimento em particular tenha descido até ao ponto de não cobrir as necessidades de reposição do equipamento de capital depreciado. Suponhamos que este equipamento consiste em 2.000 plantas, 100 das quais caem de desuso cada ano, construindo-se somente 60. Deste modo, o equipamento de capital reduz-se em 40 plantas a cada ano. Sem dúvida, é esta mesma destruição do equipamento que, depois de um período prolongado, inicia a fase de alta. Isto

se deve a que, como consequência da contração dos equipamentos de capital, a mesma demanda é satisfeita com um número cada vez menor de plantas industriais, aumentando, assim, o seu grau de utilização. Consequentemente, a rentabilidade do equipamento de capital existente aumenta, com o qual o nível de investimento tende a elevar-se também. O financiamento deste aumento no nível de investimentos, como vimos na seção precedente, ocorrerá mediante a criação do poder aquisitivo adicional. Isto terá como resultado o aumento da produção de bens de investimento e do emprego nos respectivos ramos da indústria. Além disso, o aumento da demanda de bens de consumo por parte dos trabalhadores recém empregados aumentará, por sua vez, o emprego nas indústrias de consumo. Este aumento geral da produção ocasionará um novo aumento da rentabilidade, seguido por uma expansão da atividades investidora, por uma nova criação de poder aquisitivo etc.

Este é, em resumo, um processo acumulativo que origina uma alta sustentada. Sem dúvida, quando o investimento supera o nível das necessidades de reposição do capital fixo, ou seja, quando se constroem mais plantas industriais que as 100 que caem em desuso faz aparecer os fatores que criam obstáculos à alta. Assim como a contração do equipamento de capital durante a depressão era o germen da fase de alta, a expansão do equipamento põe fim ao auge e inicia a fase de baixa.

O processo de decomposição do auge é o inverso do que inicia a fase de alta a partir da depressão. Suponhamos que no "teto" do auge, o investimento se estabilize ao nível de 140 plantas, sendo 100 o número de plantas que caem em desuso anualmente, e a expansão anual do equipamento de capital de 40, portanto, Neste caso, um número cada vez maior de plantas industriais deverá satisfazer a mesma demanda, o que terá como resultado a diminuição do grau de utilização de cada uma delas. A diminuição da rentabilidade resultante originará uma contração do investimento. Da mesma forma que o aumento do investimento no "solo" da depressão significou o ponto de partida ao crescimento da produção e da diminuição do desemprego, seguiram aqui, a caída da produção e o aumento do desemprego. Este movimento descendente terá o mesmo caráter acumulativo que teriam as tendências crescentes durante a fase de alta.

O propósito deste ensaio não é apresentar uma teoria completa das flutuações econômicas. Unicamente se pretende dar uma idéia geral do mecanismo de alta "natural" e, em particular, destacar um de seus aspectos. Torna-se evidente agora que o investimento só tem um efeito favorável sobre a situação econômica se se leva a cabo e promove uma saída para o poder aquisitivo adicional. Por outro lado, o caráter produtivo do investimento contribui para amortizar a alta até que, finalmente, lhe põe fim. De acordo com as análises anteriores, a expansão do equipamento de capital provoca um colapso do auge. Encontramo-nos aqui diante de um dos principais paradoxos do sistema capitalista. A expansão do equipamento de capital, ou seja, o incremento da riqueza nacional, contém a semente da depressão, no curso da qual se demonstra que a riqueza adicional só tem caráter potencial. Isto se deve a que uma parte considerável do equipamento de capital está ocioso e só volta a ser útil na seguinte fase de alta.

Esta afirmação arroja alguma luz sobre o problema da intervenção anti-crise do governo, por meio do investimento público, sobre a qual iremos falar agora.

5 - Depois de termos estudado o mecanismo do ciclo econômico, retomemos o caso em que um novo invento, que estimula a alguns empresários a realizarem um "investimento extra", estabelece a

base de uma nova fase de alta. Com objetivo de conseguir esse propósito, faz-se uso do poder aquisitivo adicional, o que põe em movimento o mecanismo de alta. Este caso é muito semelhante ao da intervenção anti-crise por parte do governo. Com o objetivo de passar do primeiro ao último, basta substituir o estímulo ao investimento privado, que supõe um novo invento, pela atividade investidora do governo, financiada igualmente por meio do poder aquisitivo adicional para fazer frente a aparição da crise.

Suponhamos que o governo emite letras do tesouro e as vende aos bancos que recorrem às suas reservas de caixa para comprar a emissão. O governo gasta o dinheiro na construção de ferrovias, por exemplo. Como nos casos descritos anteriormente, aumentar-se-á o emprego nas indústrias de bens de investimento e, por conseguinte, também nas indústrias de bens de consumo, como resultado do aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores. A quantidade gasta pelo governo afluí como lucros, diretamente ou através dos gastos dos trabalhadores, aos bolsos dos capitalistas, e volta aos bancos como depósitos. É assim que os bancos recuperam o dinheiro que tinham emprestado ao governo, o qual lhes permite descontar a seguinte emissão de letras do tesouro para prosseguir o financiamento da construção de ferrovias. No ativo dos bancos, a dívida do governo aumenta com o depósito das letras descontadas. No passivo, produz-se um aumento dos depósitos igual aos lucros adicionais. E assim como o governo se endivida, através dos bancos, com os capitalistas privados em uma quantidade igual ao valor do investimento realizado. Observamos logo que existe uma analogia completa entre o caso que consideramos agora e o da fase de alta que resultava de um novo investimento. E em ambos os casos, o aumento da rentabilidade da indústria, em seu conjunto, estimulará o investimento e, com ele, reforçará o processo de alta que, conseqüentemente, continuará incluso se o governo reduzir gradualmente sua atividade investidora. Deste modo, a alta iniciada por um novo invento não se detém quando se esgotam os efeitos de seus impactos.

Temos que ressaltar que o que determina essencialmente os efeitos do investimento do governo não é a classe de investimento público realizado; o que realmente importa é que o investimento se financie mediante a criação de poder aquisitivo adicional. A criação do poder aquisitivo com o objetivo de financiar o déficit orçamentário, quaisquer que sejam suas razões, tem um efeito similar. A única diferença consiste em que, a princípio, o poder aquisitivo adicional se dirige a indústrias distintas. Suponhamos, por exemplo, que a quantidade obtida, descontando as letras do tesouro, seja utilizada para pagar subsídios de desemprego. Neste caso, o efeito direto da intervenção do governo far-se-á sentir nas indústrias de bens de consumo. Só depois de um certo tempo, quando o aumento de sua rentabilidade lhes induzir a investir, a prosperidade será também compartilhada pelas indústrias de bens de investimento. O aumento da atividade investidora financiada pela criação do poder aquisitivo reforçará o processo de alta, mas este continuará, inclusive depois que o déficit orçamentário, como consequência do aumento dos impostos impositivos resultantes do aumento das rendas e das vendas, tenha desaparecido.

Assim, depois de um certo tempo, o investimento privado substitui o investimento público. A prosperidade "artificial" será substituída por uma "natural" que, como demonstramos no capítulo anterior, deter-se-á mais cedo ou mais tarde, como consequência da expansão do equipamento de capital.

Deve-se concluir que a prē-condiçãõ para que a intervençãõ governamental, e tambḗm a alta natural se vejam coroadas de êxito é que o sistema bancário possa satisfazer ao incremento da demanda de crédito, sem aumentar excessivamente a taxa de juros. Se a taxa de juros aumentar até ao ponto de reduzir o investimento privado em uma quantidade igual ao empréstimo obtido pelo governo, então, obviamente, não se terá criado poder aquisitivo. Sõ se terá produzido um deslocamento em sua estrutura.



SEM-107 - ECONOMIA

FELIPE LUIZ GOMES E SILVA.

RECESSÃO ECONÔMICA - Tema para Discussão.

## 1 - INTRODUÇÃO

Muitos falam a respeito do estouro da bolsa de Nova Iorque, da quebra de 1929, mas poucos relacionam este fenômeno com a recessão econômica e muito menos com as contradições gerais do Modo de Produção Capitalista.

A recessão econômica é importante enquanto fenômeno revelador das contradições inerentes à produção capitalista, produção que se orienta pela realização de lucros privados e não pela satisfação das necessidades humanas.

Como vimos, na "economia de mercado", as empresas se orientam pela oscilação dos preços; não há de fato um Planejamento Global ligando as atividades produtivas; as empresas se relacionam através do mercado, mercado este controlado pelos grandes grupos multinacionais, muitas vezes associados a capitais nacionais e com a proteção do Estado.

Para melhor entender o período econômico que estamos vivendo, deveríamos estudar o Modo de Produção Capitalista e a nova fase do desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo mundial.

Neste momento, ao colocarmos em discussão este tema, apenas desejamos lançar algumas luzes e estimular novos estudos e pesquisas a respeito.

### 1.1.- O Estouro da Bolsa de Nova Iorque

Sabemos que a Bolsa de Valores, o mercado de papéis, até certo ponto se apoiam nos setores produtivos. Se a produção vai bem as ações também vão bem, oferecendo boa lucratividade.

Quando a economia atinge o auge da prosperidade, na Bolsa de Valores surge uma especulação desenfreada, os títulos, ações, debêntures etc. ganham preços que pouca ou nenhuma relação têm a ver com as atividades produtivas, com a "saúde financeira" das empresas. Poderíamos afirmar que a Bolsa de Valores, o mercado de papel, ganham uma autonomia relativa, funcionam com uma certa independência da produção.

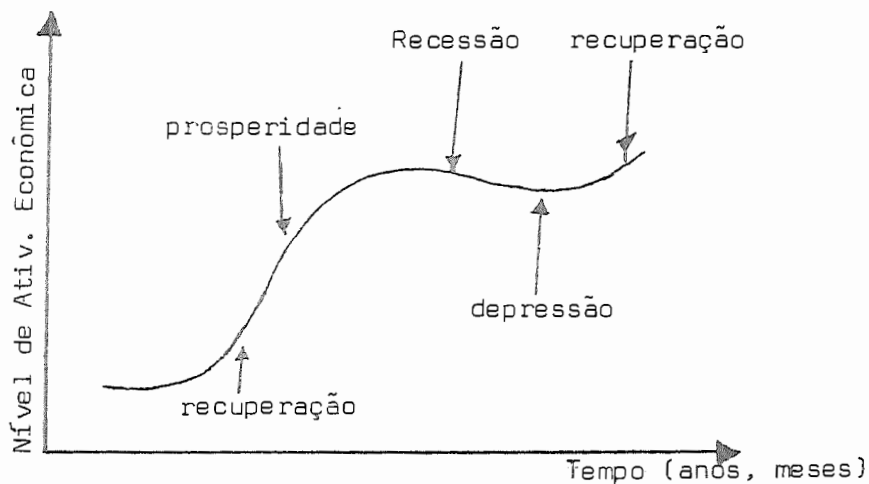
Em resumo, a quebra de Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1927, tem como causa imediata a recessão econômica, fenômeno que exploraremos neste texto dentro do quadro da teoria dos ciclos.

## 2 - A RECESSÃO: A FASE NEGRA DO CICLO ECONÔMICO

A questão pode ser colocada da seguinte forma: por que a produção, no sistema capitalista, depois de um período de expansão, tende a retrair-se?

É uma pergunta que exige muita reflexão e estudo, pois como colocamos anteriormente, a recessão é uma expressão das contradições do sistema capitalista, que atualmente se encontra em sua fase monopolista. A recessão é uma das fases, do ciclo econômico, é a fase de retração da economia, de queda dos investimentos na produção, queda no emprego dos recursos produtivos (mão-de-obra, máquinas e matérias-primas).

O ciclo econômico é composto de quatro estágios fundamentais: prosperidade, recessão, depressão e recuperação.



A taxa de lucro é que orienta a produção capitalista. Altas taxas de lucros estimulam investimentos, a produção de mercadorias e novos empregos de mão-de-obra.

(TAXA LUCRO → INVESTIMENTOS → PRODUÇÃO → EMPREGO DOS FATORES PRODUTIVOS)

Poderíamos então indagar: quando a fase de recessão se inicia?

A retração da economia, a queda da prosperidade, podem ser anunciadas por alguns indicadores. Vejamos:

### INDICADORES DA RECESSÃO OU QUEDA DA PROSPERIDADE

a) Queda no consumo de energia elétrica. Isto porque um alto consumo indica expansão da produção industrial; a queda vai indic

car retração.

- b) Queda na construção civil. A construção civil depende de outras indústrias, tais como: indústria de cimento, siderúrgica, tijolos, vidro, madeira, equipamentos elétricos etc., o que significa emprego de mão-de-obra em taxas elevadas.
- c) Queda no volume de cargas transportadas. A circulação da produção através de ferrovias, rodovias ou navegação.

Logo, a recessão pode ser iniciada quando estes indicadores se encontram em baixa, quando o consumo de energia elétrica, a construção civil e o volume de carga transportada estão caindo. Uma vez que, a gênese do fenômeno da recessão, encontrada nas contradições do modo de produção capitalista, será possível lançar algumas luzes sobre a questão sem entrar profundamente no estudo do modo de produção? SIM. Podemos pesquisar as causas imediatas examinando a realidade brasileira, analisando um caso concreto.

### 3 - ELEMENTOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

O processo de produção é um processo de apropriação da natureza; ele se realiza através da combinação de três elementos: Força de Trabalho, Instrumentos de Trabalho e Matérias-primas.

O processo de produção capitalista não é um simples processo de produção de bens; produzem-se mercadorias com o objetivo de alcançar lucros. A acumulação de lucros privados é o motivo da produção, a mercadoria vendida, o meio de realizar os lucros.

"Mas as mercadorias somente são produzidas se isso representar para o empresário alguma possibilidade de lucro"<sup>1</sup>

Situa-se, entre as mercadorias, a Força de Trabalho, a única que produz riqueza.

### 4 - ALGUNS INDICADORES DOS CICLOS ECONÔMICOS

Nós falamos que o processo de produção se realiza através da combinação de três elementos básicos: a Força de Trabalho, os Instrumentos de Trabalho e as Matérias-primas. Estes elementos são combinados na produção de mercadorias; esta combinação depende do estágio de evolução da tecnologia e da organização da sociedade. Como não estamos preocupados em estudar como eles se relacionam, dentro da sociedade, ressaltamos apenas a sua impor-

<sup>1</sup> - SANDRONI, Paulo - *O que é Recessão?* - Ed. Brasiliense - pág. 20.

tância para o problema em foco, a recessão.

Existem alguns indicadores econômicos que facilitam a análise do comportamento da Força de Trabalho, dos Instrumentos de Trabalho e das Matérias-primas, no processo de produção. Os indicadores são:

- 1 - Taxa de investimento,
- 2 - Taxa de lucro,
- 3 - Volume de crédito,
- 4 - Taxa de juros,
- 5 - A demanda,
- 6 - O nível de salários,
- 7 - A capacidade ociosa das máquinas,
- 8 - Os custos,
- 9 - Os preços a atacado e varejo.

Todos estes indicadores, estão estreitamente relacionados; a demanda depende dos salários e dos preços, assim como os investimentos dos lucros. O que vai explicar o comportamento da produção é a taxa de lucro.

Podemos, neste trabalho, falar em dois tipos básicos de investimentos: o investimento especulativo e o produtivo.

O investimento especulativo depende da produção social. Ex. especulação em títulos, em terrenos, em estoques de matérias-primas etc. Depende da produção de bens.

Está certo afirmar que o desenvolvimento econômico e as flutuações da atividade econômica dependem do investimento produtivo.

A produção é impossível sem os meios de produção, trabalhadores e matérias-primas. Na sociedade capitalista os trabalhadores estão alienados, separados dos meios de produção, pois estes são de propriedade privada dos capitalistas.

O processo de trabalho é coletivo, o trabalho do operário é indispensável na realização da transformação das matérias-primas em mercadorias e estas em lucros privados. O capitalista compra a Força de Trabalho, mercadoria que expressa o seu preço através do salário.

Fazer um investimento produtivo significa adquirir máquinas, matérias-primas e força de trabalho. Produzir significa combiná-los, organizá-los sob o domínio do capital.

Uma economia em prosperidade, com altas taxas de investimentos produtivos, alcança altos níveis de emprego de mão-de-obra.

Os aumentos nas exportações, o crescimento populacional e a inovação tecnológica, poderão impulsionar a produção e os investimentos. Vejamos como se comportam cada um dos elementos do processo de produção, diante do início do ciclo de prosperidade.

#### 4.1 - As Máquinas e os Equipamentos

De um modo geral, quando a fase de prosperidade se inicia, a economia está se recuperando da recessão. A capacidade ociosa das máquinas (bens de capital) permite a produção aumentar sem exigir novos investimentos; não há necessidade, inicialmente, de se adquirir novas máquinas; usa-se a capacidade instalada. No início desta fase, o aumento da produção tende a ocorrer sem aumentar os custos; podemos até afirmar que os custos são reduzidos. Sendo assim, as margens de lucro podem aumentar, motivando os empresários a produzirem mais ainda.

#### 4.2 - A Força de Trabalho

Como a economia está se recuperando, o desemprego gerado pela recessão ainda não foi superado. A grande reserva de trabalhadores mantém os salários baixos; os custos de mão-de-obra são reduzidos.

A melhoria relativa do nível de emprego estimula o consumo e a produção (demanda e oferta de mercadorias).

#### 4.3 - As Matérias-primas

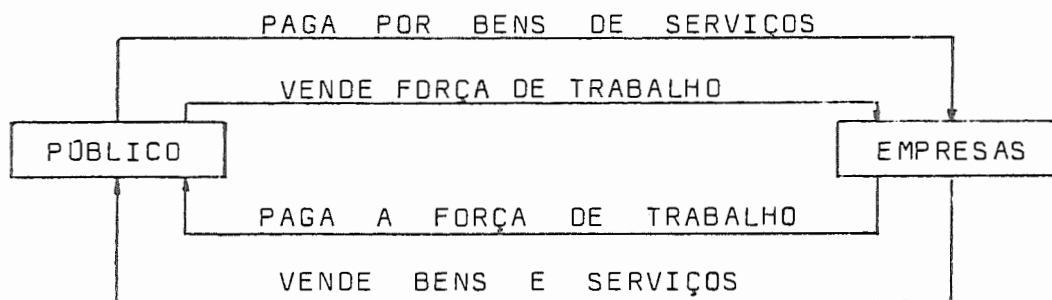
Como se comportam os custos das matérias-primas? Tendem a aumentar. A demanda é estimulada e as empresas produtoras não podem responder de imediato; surgem pontos de estrangulamentos no sistema. Isso ocorre principalmente com as matérias-primas que dependem da extração vegetal ou mineral.

Os investimentos em novas máquinas, necessárias à produção de matérias-primas, por exemplo, não apresentarão seus resultados de imediato; há um prazo de maturação.

Investimentos na produção do insumo energia elétrica, através de hidroelétricas, exigem um prazo mínimo de maturação de 5 (cinco) anos. Mas enquanto a construção da barragem se processa, alguns efeitos são provocados na economia: salários pagos a trabalhadores aumentam a demanda de determinados bens, assim como o uso de matérias-primas e máquinas amplia sua produção.

Concluindo, a energia (produto) só será lançada no mercado após 5 anos de trabalho na construção da hidroelétrica. Mas enquanto isto, a renda aumenta, salários são pagos, matérias-pri

mas e máquinas são demandadas. A demanda supera a oferta, gerando uma elevação nos preços ou uma pressão inflacionária.



### Fluxo Circular.

A inflação é ocasionada pelo estrangulamento na produção, pela falta de planejamento global da economia.

A sociedade, os trabalhadores ao sofrerem com o rebaixamento salarial, suportam o peso da inflação.

"Os investimentos de médio ou longo período de maturação "aquecem" a economia, no sentido de propagar a demanda e induzir investimentos em outros setores, mas isto vem, geralmente, a companhia de uma elevação de preços"<sup>2</sup>

A elevação de preços não se reflete de imediato nos custos de produção, reduzindo os lucros das empresas. Embora os preços das matérias-primas estejam se elevando, os empresários contam com duas vantagens: certo nível de desemprego e salários estacionários e capacidade ociosa não esgotada.

## 5 - O CRÉDITO E A TAXA DE JURDS

O crédito, por si só, não é produtivo, não cria novas riquezas. O trabalho é a única fonte de riqueza. Mas, é claro que para grandes investimentos, grandes obras, as empresas necessitam de crédito. "O sistema de crédito é uma extensão do sistema monetário. A taxa de juros é a remuneração pela renúncia à liquidez"<sup>3</sup>

A moeda é chamada de legal quando é emitida pelo governo, tem liquidez absoluta. A moeda escritural é o nome que se dá aos depósitos bancários à vista e possui uma liquidez inferior a moeda legal. Nós recomendamos a leitura do livro Curso de Introdução à Economia Política do Prof. Paul Singer e estamos pressupondo que a leitura foi realizada.

<sup>2</sup> - SANDRONI, Paulo - *O que é Recessão?* - Ed. Brasiliense - 1981 pág. 39.

<sup>3</sup> - SINGER, Paul - *Curso de Introdução à Economia Política* - Ed. Forense, 6a. ed., págs. 104, 105.

Voltando à questão do crédito, "quando o banco paga juros a mim porque depusitei dinheiro nele, ele está pagando a minha renúncia à liquidez, pois estou abrindo mão de moeda legal, de que eu posso dispor a qualquer momento, para ter um depósito bancário, que tem liquidez um pouco menor".<sup>4</sup>

Os elementos que entram na taxa de juros, basicamente, são:

- renúncia à liquidez;
- custo de transação (remuneração do intermediário);
- risco do negócio.

O importante, para nós, é saber que o crédito, a moeda escritural é função da moeda legal.

Como a taxa de juros pode afetar a produção de bens e serviços?

Se há uma redução na taxa de juros, os investimentos aumentam e a produção também.

Até que ponto um capitalista está disposto a investir?.

Nós sabemos que o objetivo do capitalista é produzir mercadorias que possibilitem altas taxas de lucro e não simplesmente produzir feijão, casas, roupas, remédios etc. Ele investirá na produção desses bens até ao ponto em que o lucro esperado for igual a taxa de juros em vigor.

E se a taxa de juros for maior do que o lucro esperado?

O capitalista se comporta racionalmente; a sua racionalidade é a racionalidade do capital. Ele passa a investir em especulação, coloca o dinheiro para render juros, por exemplo. Se falta leite para a população, este é outro problema, pois sabemos que na economia capitalista não há planejamento global.

"Se a economia estiver com capacidade ociosa, isto é, com trabalhadores desempregados e com capacidade de produção que não está sendo utilizada, a redução da taxa de juros e o aumento dos investimentos fará com que a atividade econômica aumente."<sup>5</sup>

Quando a economia supera a recessão e atinge o PLENO EMPREGO, acaba com as pressões inflacionárias?

"Diz Keynes, com muito realismo, que em uma economia capitalista, não planificada, este esquema não é tão simples nem tão lógico como foi descrito". Porque quando caminhamos de uma situação de desemprego e de capacidade ociosa para um aumento da

<sup>4</sup> - SINGER, Paul - Op. cit., pág. 105.

<sup>5</sup> - SINGER, Paul - Op. cit., pág. 112.

capacidade produtiva, podem surgir pontos de estrangulamento".<sup>6</sup>

O estrangulamento pode ser provocado, por exemplo, pela falta de um planejamento no treinamento de recursos humanos, na insuficiência de trabalhadores especializados etc.

Os pontos de estrangulamento criam pressões inflacionárias, podemos dizer com a baixa na taxa de juros a inflação tende a se elevar.

Quem toma dinheiro emprestado paga juros e quando a taxa de juros baixa, como grande parte dos investimentos depende de empréstimos, há uma expansão nos investimentos e na produção.

No início da fase de prosperidade, as perspectivas de lucros são boas e a demanda por crédito aumenta. Há, neste momento, créditos disponíveis, ociosos, nos bancos.

A expansão do crédito tem seus limites, quando o banco atende a demanda por empréstimos, amplia o volume de meios de pagamento no mercado. Como a quantidade de dinheiro aumenta sem que necessariamente a quantidade de produtos corresponda a este acréscimo, surgem pressões inflacionárias.

As taxas de juros tendem a subir e o crédito a ficar escasso. À medida em que a demanda por empréstimos aumenta, os bancos atingem seu limite de dinheiro. Eles, procurando elevar seus depósitos (criar moeda escritural) aumentam as taxas de juros para atrair mais dinheiro dos depositantes. Esta escassez de dinheiro, levando os banqueiros a pagarem juros mais altos aos depositantes, encarece os empréstimos.

Diante da elevação da taxa de juros, os industriais reduzem sua demanda por empréstimos. Os investimentos com longo período de maturação começam a ser abandonados, o que afeta os setores econômicos mais próximos e desestimula a produção de bens e serviços.

## 6 - OS ÚLTIMOS MOMENTOS DA PROSPERIDADE

Índices inflacionários elevados indicam que a fase de prosperidade está se despedindo, chegando ao fim.

Taxas de juros, preços de salários, matérias-primas, máquinas e equipamentos se elevam; é o sinal vermelho que indica o fim da fase de prosperidade econômica.

A queda na perspectiva de altas taxas de lucros, na reprodução ampliada do capital, desencoraja investimentos produtivos, a economia se retrai.

<sup>6</sup> - SINGER, Paul - *Op. cit.*, pág. 113.

Com a recessão vigorando cabe a pergunta: quem paga, quem vai carregar o peso da inflação?

Paga mais quem pode menos, os trabalhadores.

Na nossa economia, pagam, principalmente, os trabalhadores manuais. Aumentam as doenças, a mortalidade infantil etc.

## 7 - A RECESSÃO: UM RESUMO

Resumamos então o que significa este estágio da economia. Temos condições de afirmar que a recessão ocorre quando as forças que provocam a contração da produção são maiores que as forças que impulsionam a expansão.

Durante o período de prosperidade, a demanda por novas máquinas e equipamentos (bens de capital) começa a surgir quando a capacidade ociosa vai sendo progressivamente eliminada e se esgota.

O mercado de máquinas e equipamentos, funciona em grande parte na base de encomendas, a fase de recessão reduz a demanda por estes tipos de bens. Exemplificando:

Durante a fase de prosperidade o comércio exterior melhora, as exportações se expandem e a demanda por navios cargueiros também.

Novas encomendas de navios cargueiros estimula a economia provocando uma reação em cadeia: ocorre um aumento nas compras de matérias-primas, nas compras de motores e de força de trabalho.

Porém, se a perspectiva de lucros altos muda, a primeira atitude dos capitalistas é reduzir as encomendas de bens de capital (cargueiros).

A queda nas encomendas de bens de capital vai se refletir na Bolsa de Valores, provocando uma queda nas cotações dos títulos. A queda das cotações, por sua vez, provocará pânico na bolsa.

A Bolsa de Valores deixa de ser uma fonte de captação de dinheiro, as empresas não contarão com este meio.

A recessão atinge diretamente os trabalhadores, causando desemprego e queda nos salários. Contribui também para a monopolização da economia.

## 8 - A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA: FASE SEGUINTE DA RECESSÃO

Vimos que durante a recessão a economia se comporta da seguinte forma:

- a produção é reduzida;
- o desemprego aumenta;
- a capacidade ociosa retorna;
- a inflação tende a se reduzir com a queda nos preços (deflação).

Mesmo assim, a economia continua funcionando, a população continua crescendo, as máquinas e os equipamentos se desgastam exigindo reposição, e a produtividade aumenta.

"Como o desemprego, os salários, geralmente diminuem, e, como já assinalamos, os trabalhadores tendem a aceitar piores condições de trabalho e aumentar sua "eficiência" com medo de perder o emprego".<sup>7</sup>

"Por receio de serem despedidos, em épocas em que se alastra o desemprego, os que permanecem nas fábricas tendem a aumentar os seus esforços e, portanto, a sua produtividade"<sup>8</sup>

A fase recessiva tende a ser acompanhada de eficiência crescente e conseqüentemente custos decrescentes.

"No início da fase de prosperidade, a força de trabalho, as máquinas e equipamentos e as matérias-primas vão sendo empregados em ordem decrescente de eficiência. Os empresários vão incorporando os melhores de cada categoria, até que o fator se esgote. Portanto, as últimas unidades incorporadas são geralmente as de menor eficiência relativa."<sup>9</sup>

Na realidade, durante o período de recessão há uma redução nos custos devido aos fatores abaixo discriminados:

- a) O nível de desemprego aumenta enfraquecendo a organização da classe trabalhadora. A submissão, a disciplina e as normas repressoras ocorrem mais facilmente, o ritmo de trabalho é acelerado, mesmo sem a aplicação do Taylorismo, a eficiência e produtividade se elevam;
- b) A capacidade ociosa das máquinas é usada para aumentar a produção, sem exigir novos investimentos;
- c) As taxas de juros dos empréstimos tendem a declinarem.

<sup>7</sup> - SANDRONI, Paulo - *Op. cit.*, pág. 56.

<sup>8</sup> - MATARAZZO, S. Eduardo - *A Produtividade na Recessão - Folha de São Paulo* - 25.10.81.

<sup>9</sup> - SANDRONI, Paulo - *Op. cit.*, pág. 57.

Basta que a demanda se reative um pouco, até mesmo pelo aumento da população, que se reinicia a fase de recuperação.

Quem toma a iniciativa de começar a nova fase, de inaugurar a fase de recuperação?

O Governo toma a iniciativa de começar a nova fase através de investimentos públicos em construção de estradas, ferrovias, siderúrgicas, hidroelétricas etc. A sociedade, os trabalhadores ao pagarem impostos ao poder público, trabalham para o soerguimento da economia. Os prejuízos são socializados, muito embora, os lucros sejam privados.

## 9 - ANALISANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

### 9.1 - 1956/1960

Durante o período de 1956/1960, vivemos um período de prosperidade sob o governo de Juscelino.

Os investimentos aumentaram sensivelmente, principalmente investimentos públicos na construção de Brasília.

A entrada de capital estrangeiro e de empresas multinacionais estimularam a produção de bens que importávamos.

A indústria automobilística, "carro chefe da economia" estimulou a produção de borracha, moradias, ruas, estradas, pontes, viadutos etc.

Em 1957/1959, pela primeira vez o salário mínimo, em termos reais, foi mais elevado do que o custo de vida.

### 9.2 - 1962/1967 - Recessão

Durante o período de 1962/1967, enfrentamos um estágio de retração na produção, esta cresceu menos do que a população. O crescimento médio do produto real da indústria cai de 10,2% para 2,9%.

A inflação atingiu níveis nunca antes atingidos, no período de 1963/1965 alcançou o patamar de 100%.

É natural, na economia capitalista, o aparecimento de taxas de inflação em torno de 15% a 20% no final da prosperidade. Durante a fase de prosperidade, o crescimento do produto foi muito elevado, podendo ser considerado anormal para economias capitalistas.

### 9.3 - 1968/1974 - "O Milagre Econômico"

É este um período de prosperidade que ficou conhecido como "Milagre Econômico". Hoje já sabemos como foi conseguido este "milagre"; ainda pagamos caro. Como explicar este período?

A recessão é um estágio que prepara a prosperidade. A recuperação da economia se deu através de estímulos à exportação, investimentos estatais (alguns realizados a fundo perdido) e achatamento salarial. Em 1968, os investimentos estrangeiros se elevam como também a repressão política, "a paz" é mantida a todo custo.

Desenvolvem-se os sistemas de telecomunicações e enormes investimentos, com o capital internacional, são realizados em Itaipu e Tucuruí.

A indústria automobilística aumenta a sua produção, estradas, ruas, avenidas, pontes e viadutos são construídos.

A indústria da construção civil é acelerada, produz-se mais cimento, tijolos, cerâmica, vidro, aço etc.

Aumenta a importação do petróleo para atender ao consumo de gasolina, óleo diesel e óleo combustível para as indústrias. Enfim, a atividade econômica está a todo vapor, mais empregos são criados, aumentam os salários, o consumo e a produção.

Sobre o "milagre brasileiro" o Prof. Maurício Tragtenberg dedicou um capítulo do seu livro: Administração, Poder e Ideologia, da Editora Cortez; a leitura é imprescindível para todos aqueles que desejam entender melhor o funcionamento concreto do sistema econômico.

Como não poderia deixar de acontecer, na fase de prosperidade, devido a ausência do planejamento em economias capitalistas, o preço das matérias-primas são os primeiros a dispararem.

Em 1974, as exportações são inferiores às importações, o balanço comercial se desequilibra e a dívida externa alcança o montante de US\$ 12 bilhões. No ano de 1977, a dívida externa se eleva para US\$ 55 bilhões. O PIB em 1973 de 12% passa a 5%, em 1975, e 8%, em 1980.

Os empresários reclamam, dizem estar operando com taxas de lucros menores (1979).

No ano de 1981, diante da expectativa de lucros menores a produção declina, a inflação já era de 110%, superando o período de 1963/1965, considerado a pior crise que enfrentamos.

#### 9.4 - Exportações, Importações, Remessa de Lucros e Pagamento de Juros

Nenhum país deste planeta é auto-suficiente. O Brasil necessita importar máquinas e equipamentos, embora seja au-

to-suficiente em força de trabalho. A fase de prosperidade aumenta a produção e as importações de certas matérias-primas e de produtos acabados, também.

As exportações devem aumentar para fazer frente às necessidades de importação. As exportações têm duas funções básicas:

- a) gerar divisas para pagar a dívida e seus juros,
- b) pagar os lucros que as multinacionais enviam para o exterior.

Durante o estágio de prosperidade nossas importações aumentaram mais que as exportações. O preço médio dos produtos que exportamos aumentou 10% e dos produtos importados 60%; logo o nosso esforço é muito grande.

A situação pode chegar a tal ponto que, para evitar déficits muito grandes, o Governo pode ser obrigado a adotar uma política de redução das importações e conseqüente elevação de preços; ao desestimular os investimentos, desestimulará a produção.

#### 9.5 - Subsídios como Forma de Combater a Inflação e seus Efeitos

O combate da inflação através da prática dos subsídios, pode reduzir o crescimento da demanda, dos investimentos e da produção.

Em uma economia capitalista, onde o planejamento é anárquico, o Governo intervém na economia, também, através de subsídios. O subsídio represa os aumentos dos preços, permitindo aos empresários, custos artificialmente baixos e lucros altos. É a sociedade, os trabalhadores que subsidiam, através dos impostos arrecadados pelo Estado, os custos industriais e os lucros privados.

No Brasil o trigo tinha seu preço subsidiado para as padarias; o óleo diesel e o óleo combustível também eram subsidiados. Hoje a diferença do preço do óleo diesel e combustível, é paga com o aumento do preço da gasolina.

A agricultura obtém empréstimos a taxa de juros inferiores a taxas de mercado, o crédito agrícola é subsidiado. Os empresários obtém o empréstimo a 40% a.a. e jogam parte do montante no mercado financeiro a 80%; é uma prática comum nesse país, se especular com o dinheiro dos cofres públicos.

## 9.6 - Alguns Sintomas da Recessão

### a) Desemprego

Em 1980, 11.000 dos 260.000 trabalhadores da indústria automobilística foram demitidos.

### b) Produção com capacidade ociosa

A indústria de bens de capital operando com 40% de capacidade ociosa.

A indústria de cimento com estoque de 1,5 milhões de toneladas, equivalendo a 5% da sua capacidade total.

### c) Declinam as vendas do comércio varejista

As vendas do comércio varejista se reduzem em 24%; se as vendas a varejo declinam, o mesmo ocorrerá com as vendas a atacado e com a produção.

## 9.7 - A Ação do Estado

Com o pacote do 1º trimestre de 1981, os preços foram liberados e o crédito restringido. Consequências: a restrição de crédito elevou as taxas de juros, dificultando o financiamento das atividades das empresas e inibindo os investimentos produtivos.

Com a elevação da taxa de juros, o crédito ao consumidor ficou mais caro, as vendas diminuíram, desestimulando a produção.

A retração na demanda desestimulou a produção e provocou o desemprego.

É importante ressaltar que na prática os empresários encontram formas de ludibriar a lei do reajuste salarial semestral, reduzindo a jornada de trabalho e os salários.

O Governo tem adotado políticas de "desaquecimento" da economia, "desaquecendo" a demanda de meios de produção e de força-de-trabalho.

## 10 - CONCLUSÃO

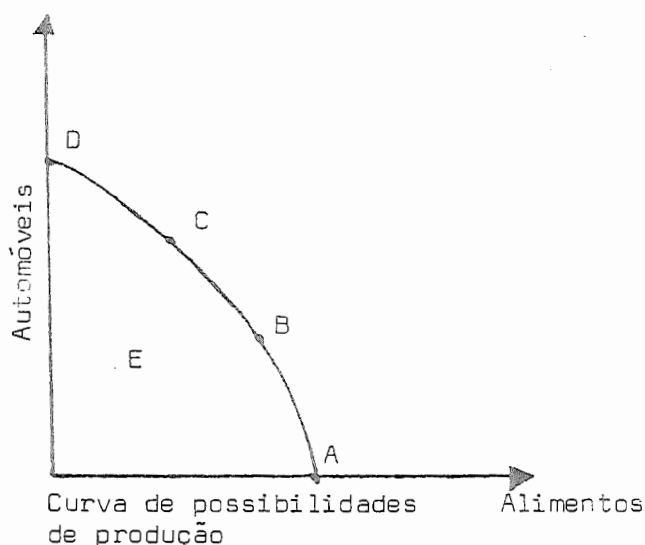
Após a leitura e discussão deste texto, ficou claro para nós que o fenômeno da recessão econômica, expressão das contradições do sistema capitalista, está estreitamente relacionado com a ausência do Planejamento Global da Economia. Concluiremos este trabalho, transcrevendo trechos do livro do Prof. Paul Singer, Curso de Introdução à Economia Política.

"Na economia planificada ou socialista a conexão entre produção e consumo, eu diria, é direta porém mediata. Ela é direta porque não existe um mercado que imponha uma representação de necessidades e ofereça um agulhão indireto à produção, para satisfazer necessidades que seriam o objetivo do lucro. É possível produzir diretamente para satisfação das necessidades. Neste sentido reproduz-se a conexão entre produção e consumo, que caracteriza o comunismo primitivo. Não há necessidade de produzir para se obter lucro, para uma demanda que aparece sob a forma de gastos no mercado, mas pode-se produzir para atender a uma necessidade mesmo que ele possa não estar consciente nas pessoas. Por exemplo, pode-se usar uma grande parte da produção social para dar educação a todas as crianças do país, mesmo que os pais realmente não o desejem ou tenham consciência de sua importância. Em uma economia de mercado, na medida em que a educação é também uma atividade de mercado, o aparelho de ensino só cresce na medida em que há uma demanda solvável por ensino, capaz de pagar o seu preço.

A economia planificada pode estabelecer uma definição de quais são as necessidades coletivas e quais destas são prioritárias e pode-se, então, planejar a produção para o atendimento de necessidades assim compreendidas".

"A problemática de economia planificada aparece, pois, sob a forma de uma conexão que direta entre produção e consumo mas que é mediata em termos de um processo muito complexo de repartição e distribuição da produção".<sup>10</sup>

Terminamos assim este texto com a questão inicial do nosso curso.



Como se determinam os pontos nessa curva?

<sup>10</sup> - SINGER, Paul - Op. cit., pág. 174.

## 11 - BIBLIOGRAFIA

- 11.1 - SINGER, Paul - Curso de Introdução à Economia Política - Ed. Forense, 6a. ed., 1980.
- 11.2 - SANDRONI, Paulo - O que é Recessão? - Ed. Brasiliense, 1980.
- 11.3 - SUPLICY, M. Eduardo - A Produtividade na Recessão - Folha de São Paulo - 25.10.1981.
- 11.4 - PRADO JR., Caio - Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica - Ed. Brasiliense.

## 12 - RECOMENDAÇÃO

Este texto deverá ser lido juntamente com os seguintes artigos:

- 12.1 - "O MECANISMO DO AUGÉ ECONÔMICO" - Kalecki, Michal - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EASP-FGV).
- 12.2 - "A SEGUNDA CRISE DA TEORIA ECONÔMICA" - Robinson, Joan (EASP-FGV).
- 12.3 - "ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO" - Kalecki, Michal (EASP-FGV).
- 12.4 - "A REVOLUÇÃO KEYNESIANA" - Gill, Richard T. (EASP-FGV).

- Estes artigos foram reproduzidos pela gráfica da Escola de Engenharia de São Carlos, da USP, encontrando-se para a venda.

Para melhor entender a questão da RECESSÃO, além da leitura do texto aqui apresentado, dos artigos acima mencionados, a 12a. aula (capítulo) do livro, Curso de Introdução à Economia Política, não poderá ser desconhecida.

### CURSO DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA

SINGER, Paul - Editora Forense.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SAO CARLOS  
Departamento de Engenharia de Produção

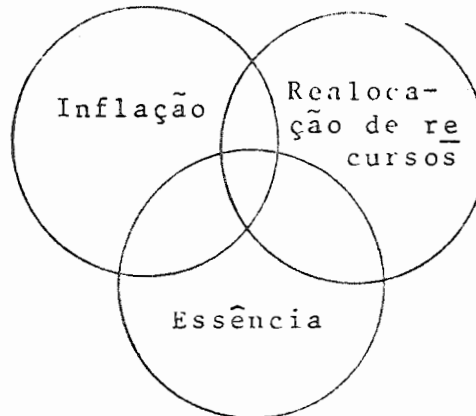


SEM-107 - ECONOMIA

A INFLAÇÃO : Felipe Luís Gomes e Silva

R E S U M O

1 - Introdução



1.1 - Relacionamento da Inflação

A inflação está relacionada com a realocação dos recursos produtivos (capital, trabalho, terra, tecnologia). A essência do problema de inflação se relaciona com a realocação de recursos.

O que vamos produzir?

Vamos usar a terra para produzir alimentos ou álcool para combustível?

Como vamos produzir os alimentos?

1.2 - Controle da Inflação

O controle da inflação está nas mãos daqueles que acreditam apenas na "verdade" revelada pelo mercado.

2 - Custo de Vida

2.1 - Índice do Custo de Vida

O índice do custo de vida mede os preços pagos pelos consumidores. Calcula-se a partir do orçamento doméstico médio. Ex.

PRODUTOS	PESO NO ORÇAMENTO	AUMENTO NOS PREÇOS	AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
A	5 %	10 %	0,5 %
B	2 %	20 %	0,4 %
C	0,5%	5 %	0,25%

3 - Carestia e Inflação

3.1 - Carestia

É o aumento rápido do custo de vida. Quanto custa viver?

3.2 - Inflação

É a combinação do índice do custo de vida, do índice da construção civil e do índice dos preços por atacado.

3.3 - "Solidariedade nos Preços". O que significa?

Cada mercadoria é produzida por meio de outras mercadorias, inclusive a força de trabalho. Ex.

O preço do leite depende do preço da vaca, do preço dos fertilizantes, dos preços das rações etc.

É possível combater a carestia congelando apenas o preço do leite?

Não. Não se pode combater a carestia congelando simplesmente os preços dos bens de consumo.

4 - Moeda e Preços

4.1 - Meios de Pagamento

- a) MOEDA LEGAL → emitida pelo governo. Sua produção é monopólio do Estado.
- b) MOEDA ESCRITURAL → depósitos bancários. Sua base é a Moeda Legal. O governo emite Moeda Legal e deposita nos bancos, para efetuar seus pagamentos. Os bancos criam a Moeda Escritural via empréstimos e reempréstimos. Ex.

Em 1977 a EMISSÃO DO GOVERNO → 10.000 milhões

Criação da MOEDA ESCRITURAL → 63.198 milhões

1 cruzeiro de Moeda Legal → gerou → 6,32 cruzeiros de moeda escritural.

c) CONTROLE DO VOLUME DOS MEIOS DE PAGAMENTO

- c.1) Controle direto: monopólio estatal de criação de Moeda Legal.
- c.2) Controle indireto: encaixe → reserva de Moeda Legal (reserva compulsória) para pagar eventuais saques dos depositantes.

Enxugamento do mercado via Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Quanto maior o ENCAIXE, menor o multiplicador da Moeda Legal em Escritural.

4.2 - Conclusão

A CAUSA IMEDIATA DA INFLAÇÃO é a criação de Moeda Escritural via sistema bancário.

VOLUME DOS MEIOS DE PAGAMENTO → CAUSA IMEDIATA → INFLAÇÃO.

5 - Motivos para Demandar Dinheiro

5.1 - Demanda para Transações

$$T = \frac{Q \cdot N \cdot P}{V}$$

- T → demanda para transações
- Q → quantidade de mercadorias
- N → número de vezes médio em que cada mercadoria é transacionada
- V → velocidade de circulação = soma de todos os pagamentos/volume dos meios de pagamento
- P → preço médio

Exemplo: SAFRA DE FEIJÃO → Q = 1.842.262 toneladas  
PRODUTOR → ATACADISTA → →  
TRANSAÇÕES → COMERCIALIZAÇÃO { VAREJISTA → CONSUMIDOR.

Atacadista pagou ao produtor Cr\$ 5,00/Kg  
PREÇOS { Varejista pagou ao atacadista Cr\$10,00/Kg  
Consumidor pagou ao varejista Cr\$20,00/Kg

ATACADISTAS → AGRICULTORES Cr\$ 9.211.310.000,00  
VAREJISTAS → ATACADISTAS Cr\$ 18.422.620.000,00  
CONSUMIDORES → VAREJISTAS Cr\$ 36.845.240.000,00  
Cr\$ 64.479.170.000,00

A Economia para transacionar precisaria de Cr\$64,5 bi em Volume de Meios de Pagamento?

Não. O mesmo cruzeiro pode servir para o atacadista pagar o agricultor e o varejista ao atacadista. Em suma, a mesma moeda serve para liquidar várias transações sucessivas. Suposição:

ATACADISTAS → AGRICULTORES Cr\$ 9.211.310.000,00  
VAREJISTAS → ATACADISTAS Cr\$ 9.211.310.000,00  
CONSUMIDORES → VAREJISTAS Cr\$ 18.422.620.000,00

Volume dos meios de pagamento → → → Cr\$ 36.844.240.000,00

$$V = \frac{64.479.170.000,00}{36.844.240.000,00} = 1,75$$

#### CONCLUSÃO:

Fatores que atuam sobre a demanda por meios de pagamento para transações:

- Quantidade de mercadorias produzidas;
- Quantidade de vezes que elas passam de mãos em mãos (comercialização);
- Preços de cada mercadoria;
- Velocidade de circulação.

A elevação dos preços das mercadorias, embora atraia mais investimentos em função da possibilidade de maiores lucros, pressiona o governo para que ele aumente o volume de meios de pagamentos. Logo, a quantidade de moedas para transação cresce com a elevação dos preços, com a inflação.

#### 5.2 - Demanda de Moeda para Contingências

Reservas para atender as necessidades imprevistas (contingências) se eleva com o aumento dos preços.

Se os preços dos serviços médicos aumentam, há necessidade de fazer maiores reservas monetárias.

#### 5.3 - Demanda de Moeda para Especulação

Vimos que a demanda por moeda para TRANSAÇÕES E CONTINGÊNCIAS, crescem com a INFLAÇÃO (aumentos nos preços). "Mas a demanda por moeda para ESPECULAÇÃO, cresce antecipando a INFLAÇÃO. O fato que está por trás desta demanda é que, em um sistema econômico como

o nosso, o dinheiro tende quase sempre a ser desvalorizado, mas em uma propoção que ninguém sabe de antemão qual será" (Paul Singer, pág. 39).

"A procura por moeda para especulação aumenta quando os especuladores têm razões para acreditar que a inflação vai se acelerar" (Paul Singer, pág. 40).

Cresce a demanda de dinheiro para ESPECULAÇÃO, cai a quantidade de dinheiro em TRANSAÇÃO → cai o CONSUMO, declinam os investimentos produtivos e aumenta o desemprego.

Concluindo: "quando o governo emite moeda legal e controla a criação de moeda escritural, ele está atendendo as pressões desta demanda, a qual cresce com a inflação e tende antecipá-la".

## 6 - As Causas "Reais" da Inflação

### 6.1 - Relação da Inflação com os Meios de Pagamento

Tentar explicar a inflação somente via volume de pagamentos leva a um circulo vicioso:

A inflação é produto do aumento dos meios de pagamento e o aumento dos meios de pagamentos produto da inflação.

"O mecanismo monetário não passa de uma correia de transmissão das pressões inflacionárias" (Paul Singer, pág. 43).

### 6.2 - Tipos de Pressões Inflacionárias

#### 6.2.1 - Pressões conjunturais

a) Não há planejamento global da economia. A não existência de um planejamento global da economia que estabeleça as prioridades sociais, é uma decorrência da "livre iniciativa".

A falta de planificação cria pontos de estrangulamentos na produção e estes, pressões inflacionárias.

Quando a economia está operando em plena capacidade não tem condições de atender a elevação da demanda rapidamente. "Os produtos industriais têm oferta "inelástica" quando estão operando a plena capacidade". Exemplo:

PRODUÇÃO DE AÇO : 1971

PRODUÇÃO < NECESSIDADE DE AÇO

OFERTA < PROCURA → como decorrência da falta de planejamento global.

A ampliação da produção exige no mínimo 7 (sete) anos de investimentos, de trabalho. Como a demanda não pode ser atendida imediatamente temos como decorrência o surgimento de pontos de estrangulamentos e logicamente pressões inflacionárias.

"É verdade que muitos pontos de estrangulamento podem ser aliviados mediante a importação das mercadorias faltantes". (Paul Singer, pág. 46).

Mas há limites que devem ser considerados:

As importações devem ser pagas com as exportações; isto não ocorre quando se importa mais do que se exporta.

IMPORTAÇÕES > EXPORTAÇÕES → DÍVIDA EXTERNA

O País tem que pagar { juros da dívida  
o principal  
as importações

O Balanço de Pagamentos se torna um ponto de estrangulamento.

### 6.2.2 - Causas econômicas, sociais e políticas da inflação

#### a) Falta de planejamento global

A iniciativa privada é colocada acima dos interesses coletivos, interesses da sociedade como um todo. A produção na sociedade, embora seja coletiva, é apropriada por uma determinada classe e tem como objetivo primordial os lucros e não as necessidades humanas.

#### b) O próprio crescimento econômico

O crescimento gera lucros e expansão da economia; como é desordenado cria pontos de estrangulamentos.

#### c) A política econômica colocada em prática

Grande parte da economia está sob a responsabilidade de toda a sociedade através do Estado. Os serviços sociais, a educação, a pesquisa científica, a saúde etc.

Como os ESTADOS obtêm recursos? Como os MUNICÍPIOS obtêm recursos? Os recursos são obtidos:

1) Via fisco (tributos);

2) Via emissões de moeda legal.

Como a primeira alternativa é impopular e exige um planejamento integrado para ser eficaz, os governos adotam a segunda; esta gera inflação.

#### d) Lutas de classes e a oligopolização da economia

"O fenômeno da inflação - visto em última instância - na da mais é que a disputa entre os diversos componentes da Renda Nacional para aumentar sua fatia, ou pelo menos não perder participação no bolo" (João Sabóia - Folha de São Paulo, 31.05.1981).

Os setores oligopolizados da economia planejam e administram seus lucros independentemente da oferta e procura das mercadorias (Nakano, Y. Recessão e Inflação. Revista de Economia Política - vol. 2, nº 6, 1982).

## 7 - Diagnóstico da Inflação no Brasil

Causa básica: a estrutura de produção extremamente distorcida.

O "Milagre Brasileiro" - 1968/1974 - aumentou a produção de bens de consumo duráveis, automóveis, televisores, ar condicionado etc., sem ampliação correspondente da produção de aço, alumínio, cobre, máquinas e motores.

Surgiram, devido a não existência de um planejamento global que articulasse a produção e consumo, pontos de estrangulamentos que geraram inflação. Os artifícios monetários e o arrocho salarial (intervenção nos sindicatos, repressão dos movimentos sociais), não foram eficientes, mas debelaram a inflação.

Ciclos econômicos:

1956/1960 - Prosperidade. Plano de Metas (J.K.).

1962/1967 - Recessão. Produção cresce menos que a população. 1963/1965: inflação chega a 100%. Fechamento da sociedade.

1968/1973 - Prosperidade. "Milagre Brasileiro". Crescimento de 10% a.a. Inflação: 20 a 25% a.a.

1974/.... - Recessão, desemprego ...

Exemplo de como o Governo Gera Inflação:

"O Governo envia mensagem ao Congresso solicitando homologação para emitir 420 bilhões de cruzeiros dos 236,6 bilhões de moeda legal que deveria emitir" - 10% sobre o saldo dos meios de pagamento em 1981, que segundo o Banco Central foi de Cr\$2.366 bilhões". Vale dizer, se autorizado pelo Congresso (o Conselho Monetário Nacional já o fez), a emissão de papel moeda poderá chegar a Cr\$656,6 bilhões, em uma expansão de 177,6% acima do permitido pela Lei 4.595, de 31.12.1964" (Revista Visão, nº 43, 25.10.1982).

#### 8 - Como Lutar Contra o Aumento do Custo de Vida

"A luta contra o aumento do custo de vida só será vitoriosa se puder contar com a participação da grande maioria do povo" (Paul Singer, pág. 77).

#### 9 - Bibliografia

SINGER, Paul. Guia da Inflação para o Povo. Editora Vozes.

NAKANO, Y. Recessão e Inflação, artigo na Revista de Economia Política, vol. 2, nº 6, 1982.

REVISTA VISÃO, nº 43, 25.10.1982.

RECESSÃO E INFLAÇÃOYoshiaki Nakano\*

1. A justificativa dada pelos economistas neoclássicos à política monetária de controle da inflação é de que a redução na demanda tenderia a reduzir os preços. Esta afirmativa está exposta em qualquer livro-texto tradicional de economia e acaba sendo aceita pela maioria como uma verdade óbvia. No entanto, nada mais está longe da realidade do que a tradicional teoria neoclássica de preços. Constituí, na realidade, uma justificativa ideológica muito importante e por esta razão esta teoria deverá continuar nos livros-texto tradicionais por muito tempo. Nesta nota pretendo mostrar que a atual política econômica monetarista ao tentar controlar a inflação através de uma recessão acaba acelerando-a, particularmente, nos setores oligopolizados da economia.

Analisando-se os índices de preços coletados pela Fundação Getúlio Vargas, verificamos que os setores oligopolizados da economia brasileira têm apresentado uma aceleração na inflação exatamente no período em que a demanda sofreu uma retração mais acentuada. A taxa anualizada de inflação verificada no trimestre maio/junho/julho, nos setores oligopolizados foi extremamente elevada com reflexo da política monetarista. Nos setores oligopolizados como em Bebidas, esta taxa chegou a 343,5%; Fumo 301,0%; Material Elétrico 224,7%; Material de Transporte 162,9% etc. Enquanto isso, os setores mais competitivos da indústria e os setores agrícolas e produtores de matérias-primas apresentavam taxas bem menores: Madeira 11,32%; Metalúrgica 35,04%; Tecidos, Vestuários e Calçados 57,91%; Produtos Alimentares 64,32%; Produtos Agrícolas 40,38% etc.

Assim, a desaceleração ocorrida nos últimos meses no Índice Geral de Preços foi devida a queda na taxa de elevação de preços dos produtos agrícolas, matérias-primas e nos setores mais competitivos da indústria. Apesar do nível de produção ter caído 9,6% na indústria de transformação no período janeiro/novembro/81, comparado ao mesmo período de 1980, o índice médio de preços por atacado deste setor apresentou uma queda reduzida (100,3% em 1981 comparado a 109,0% em 1980). Em outras palavras, os resultados obtidos pela política monetarista implementada a partir do segundo semestre de 1980 são diminutos e poderão ser efêmeros. Basta que os preços dos produtos agrícolas, que aumentaram apenas 70,0% em 1981, se ajustem ao mesmo nível dos preços industriais para que o índice de inflação volte praticamente aos mesmos níveis de um ano atrás.

2. Para entendermos a inflação nada mais óbvio do que concentrarmos a nossa atenção no mecanismo de formação de preços. Entretanto, a teoria econômica tradicional exposta nos livros-texto não esclarece em nada, pois não é a atividade de troca de indivíduos abstratos ("produtores") que determina os preços. Ao contrário, na economia capitalista moderna predominam grandes empresas, multidivisionais e monopolistas e esta característica institucional tem que ser incorporada numa teoria de preços. Estas empresas constituem unidades de capital com uma complexa estrutura administrativa. São, na verdade, agentes sociais voltados à valorização do capital e em função deste processo é que os preços são determinados. Além disso, o processo de concentração inerente ao sistema capitalista acaba permitindo a criação de barreiras à mobilidade de capital, cada uma com determinado grau de monopólio, isto é, possibilidade de obter taxas de lucros monopolistas. Em outras palavras, na maioria dos setores industriais são os grande oligopólios que predominam e administram os seus preços no mercado independentemente das condições de oferta e demanda.

(\*) - Professor da EAESP/FGV.

Nestas condições, não é difícil de entender porque os preços dos setores oligopolizados apresentam um comportamento que contraria o dogma neoclássico aceito como verdade óbvia de que uma redução na demanda provoca uma redução nos preços. Na prática, cada empresa oligopolista tem a sua taxa de lucro planejada, determinada pelo seu grau de monopólio, e para alcançá-la fixa uma margem de lucro que acrescentando aos custos diretos permitiria chegar a um preço capaz de cobrir os demais custos além do lucro planejado. Uma vez calculada esta margem de lucro ela tende a ser relativamente constante. Em condições normais, os preços são determinados acrescentando-se esta margem fixa sobre os custos diretos e por isso tendem a ser insensíveis a variações na demanda. Entretanto qualquer variação nos custos diretos tende a ser repassada nos preços.

No entanto, quando a demanda cai drasticamente como ocorreu no primeiro semestre de 1981 os custos fixos unitários aumentam e se a margem de lucro não for aumentada o lucro será corroído por este aumento nos custos. Em outras palavras, as empresas oligopolistas por terem controle sobre o mercado procuram recuperar as perdas sofridas devido a queda nas vendas através de uma elevação nas margens de lucros. Com o aumento nas margens de lucros para as vendas remanescentes elas tentam assegurar a manutenção da taxa de lucro planejada. É exatamente o que ocorreu na atual recessão. Com a aplicação de medidas monetárias extremamente restritivas a partir do segundo semestre de 1980 a economia brasileira entra num processo recessivo. Com isso os setores oligopolizados elevam as suas margens de lucro provocando uma típica inflação de lucros. E foi exatamente no trimestre maio/julho o período em que estas empresas fizeram os maiores reajustes nos níveis de produção despedindo trabalhadores em massa que as margens de lucros sofreram maiores elevações como se pode verificar no quadro anexo. Uma vez elevadas as margens de lucro se não houver quedas na demanda não haveria razões para os oligopólios acelerarem as remarcações de preços. Isto explica porque nos meses subsequentes, quando a demanda cai menos rapidamente, a aceleração de preços também foi menor.

3. Ao lado destes setores concentrados e oligopolizados existe também um segmento da economia composto do setor agrícola, setor produtor de matérias-primas e alguns ramos competitivos da indústria onde o mecanismo de formação de preços é bastante diferente do setor oligopolizado. Nestes setores existe livre mobilidade de capital e com isto as empresas não têm o poder de administrar os preços. A competição intercapitalista torna os preços relativamente flexíveis e nestas condições quando existe uma queda na demanda reagem reduzindo os seus preços para poderem honrar os seus compromissos financeiros. É exatamente o que pode ser observado no quadro anexo, onde nitidamente verificamos que estes setores desaceleram os seus preços no momento em que a demanda sofreu uma queda acentuada no passado. Mas esta desaceleração tem um limite, pois no momento em que os preços deixam de cobrir os custos diretos todas as empresas preferem parar as suas máquinas. Assim uma vez atingido este nível de preços em que a margem de lucro é nula, mesmo as empresas competitivas começam a repassar as elevações de custos diretos nos seus preços. Neste momento a política recessiva deixa também de atuar na forma antiinflacionária sobre estes setores. Como pode ser observado no quadro anexo.

Desta forma, o que ocorrerá com a inflação acaba dependendo do peso relativo destes dois segmentos competitivos e oligopolizados na economia. Se o peso relativo dos setores concentrados for muito grande a recessão tende a realimentar a inflação compensando as quedas verificadas nos setores competitivos.

4. Evidentemente, este processo de realimentação inflacionária tem limites. Resta saber quais são estes limites e quando eles começam a atuar. Estes limites dependem do grau de concentração econômica, isto é, da capacidade das empresas de estabelecerem obstáculos à competição tal como: impor barreiras à entrada de novas empresas no setor, diferenciação do produto, controle de tecnologia, canais de distribuição etc. Quanto maior for este grau de monopólio mais longa deverá ser a recessão para que os oligopólios deixem de responder perversamente. Há um momento, no entanto, em que esta política de elevação de preços deixa de compensar as quedas nas vendas e todas as empresas trabalham no vermelho. Isto ocorre quando a recessão se transforma numa depressão tão prolongada que desestrutura toda economia, provocando quebras generalizadas de empresas. Os preços (relativamente aos salários) estão também tão elevados que a demanda se torna extremamente sensível a novas elevações. Neste momento, o nível de desemprego é tão grande que os salários já sofreram uma grande redução e com isso a inflação começa a ceder. Assim, a política monetarista não deixa de ter sua eficácia, mas é através do aumento do desemprego e redução dos salários reais que a inflação começa a ceder.

Entretanto, devemos observar que a efetiva redução na taxa de inflação ocorre particularmente na fase seguinte quando a demanda começa a ser reativada pelo próprio governo devido às violentas pressões sociais. Com isso as vendas começam a aumentar, reduzindo-se assim os custos fixos, permitindo mesmo a redução nas margens de lucro.

A análise acima mostra claramente que quem está pagando os custos da política recessiva adotada pelo governo são os setores competitivos e os trabalhadores que perderam os seus empregos e tiveram seus salários reais reduzidos. As grandes empresas oligopolistas têm transferido os prejuízos da retração na demanda aos consumidores, acelerando o aumento nos preços, como fica claro no quadro a seguir. Os trabalhadores e os setores competitivos vêm arcando com os prejuízos da recessão e da desaceleração nos seus salários e preços. Para que a política antiinflacionária seja mais eficaz e tenha custos sociais menores outras técnicas de controle da inflação devem ser utilizadas. Uma política seletiva de controle de preços e uma política justa de rendas, controlando particularmente os juros, é fundamental para controlar a inflação.

## QUADRO I

TENDÊNCIA DA TAXA DE INFLAÇÃO (Taxas Anualizadas)					
	12 Meses até dez/80	12 Meses até dez/81	12 Meses até jul/81	6 Meses até jul/81	3 Meses até jul/81
Índice Geral de Preços - D.I.	108,55	95,2	110,50	105,06	84,69
Índice de Custo de Vida	86,34	100,5	108,45	107,20	102,02
Índice de Construção Civil	112,99	86,2	96,20	92,19	36,07
Índice de preços no atacado - O. G.	118,62	90,5	108,17	97,73	80,87
Produtos Agrícolas	138,17	70,7	105,22	74,21	40,38
Produtos Industriais	110,26	99,7	108,82	108,57	101,74
I. P. A. - INDÚSTRIA					
1. (Setores Competitivos que apresentam uma nítida desaceleração inflacionária)					
Metalúrgica	102,40	83,2	79,91	64,96	35,04
Madeira	157,50	21,6	65,66	26,08	11,32
Mobiliário	121,42	81,8	108,01	61,83	86,52
Couros e Peles	43,97	89,1	73,61	90,82	61,02
Tecidos, Vestuário, Calçados	101,84	68,8	76,24	56,17	57,91
Produtos Alimentares	85,60	96,9	92,03	80,17	64,32
2. (Setores Oligopolizados que apresentam aceleração e/ou altas taxas inflacionárias)					
Material elétrico	106,62	135,2	129,70	178,19	224,73
Eletrodomésticos	115,13	134,0	137,34	191,65	227,27
Material de Transporte	107,38	149,4	149,85	183,14	162,94
Veículos a Motor	107,53	148,0	146,72	176,22	157,65
Papel e Papelão	95,87	120,5	110,53	102,06	157,85
Borracha	136,29	166,5	140,29	146,77	158,99
Química	130,72	113,9	130,84	163,87	149,25
Bebidas	118,71	127,2	141,85	127,01	343,51
Fumo	65,39	183,0	156,28	287,73	301,00

FONTE: Conjuntura Econômica.



A manutenção do pleno emprego através dos gastos públicos financiados com empréstimos tem sido longamente discutida nos anos recentes. Esta discussão, sem dúvida, tem-se concentrado nos aspectos puramente econômicos do problema, sem levar em consideração as realidades políticas. Contudo, é incorreto supor que basta que o Governo saiba o que deve fazer, para manter-se o pleno emprego. Neste contexto, o receio que as grandes empresas têm na manutenção do pleno emprego mediante gastos públicos é de suprema importância. Esta atitude mostra-se claramente na grande depressão dos 30, quando o grande capital opôs-se aos experimentos para aumentar o emprego mediante o gasto público, em todos os países, exceto na Alemanha nazista. Claramente, uma produção e emprego maiores beneficiam não só aos trabalhadores como também aos empresários, porque seus lucros sobem. E a política de pleno emprego baseada em empréstimos para financiar o gasto público não reduz os lucros, pois não implica em impostos adicionais. Já que os empresários na depressão almejam um "bomm" econômico, por que não aceitam com prazer um "boom sintético" que o governo lhes oferece? Esta é a difícil e fascinante questão que tentaremos explicar neste artigo.

I

As razões para a oposição que os "líderes industriais" fazem ao pleno emprego, baseado em gastos públicos, podem subdividir-se em três categorias:

1. a resistência à intervenção governamental nos problemas de emprego, como tal;
2. a resistência à orientação dos gastos públicos (investimento público e subsídios aos consumidores);
3. a resistência às mudanças políticas e sociais, que implica a manutenção do pleno emprego.

Examinaremos detalhadamente cada uma destas objeções à política governamental de pleno emprego.

- 1) Vejamos primeiramente a oposição dos "capitães de indústria" a aceitarem a intervenção governamental em matéria de emprego. Qualquer intromissão do governo é vista pelos empresários com reserva, mas se torna particularmente intensa face à criação de emprego mediante gasto público. Sob um sistema de "laissez-faire", o nível de emprego depende, em grande medida, do grau de "confiança" reinante num determinado momento. Se este se deteriora, os investimentos privados declinam, resultando numa baixa da produção e do emprego (diretamente e através dos efeitos secundários da diminuição da renda sobre o consumo e o investimento). Isto dá aos capitalistas um poder indireto de controle sobre a política governamental: deve evitar-se de qualquer maneira a alteração no estado de confiança, já que se pode provocar uma crise. Mas, uma vez que o governo aprende o truque de manipular o

(\*) FONTE: artigo publicado na Revista Economía y Administración - Tercer cuatrimestre, nº 18, Universidade de Concepción - Chile, 1970, pp. 57/61. Publicado também em Michal Kalecki, Selected Essays on the Dynamics of the Capitalistic Economy, Cambridge University, 1971, Cambridge. Traduzido por Antonio Celso Agune e revisto pelo Prof. Roberto Perosa Jr.

nível de emprego com seus próprios gastos, este controle desaparece. Portanto, os déficits orçamentários são considerados perigosos. A função social da doutrina do "sound finance" (orçamento equilibrado) é fazer com que o nível de emprego dependa do grau de confiança.

- 2) A resistência dos líderes empresariais a uma política de gastos públicos cresce ainda mais quando consideram aquilo em que se gastará este dinheiro: investimento público e subsídios ao consumo das massas. Os princípios econômicos da intervenção governamental, requerem que o investimento público seja dirigido àqueles setores que não entrem em competição com os negócios do setor privado: hospitais, escolas etc. De outra maneira, a rentabilidade do investimento privado seria reduzida e os efeitos positivos do investimento público sobre o emprego, ver-se-iam compensados pelos efeitos negativos de uma baixa no investimento privado. Esta concepção é do interesse dos empresários. Contudo, o campo para este tipo de investimento público é escasso e existe o perigo de que o governo, ao seguir esta política, possa ser tentado a nacionalizar o transporte ou os serviços de utilidade pública, ganhando assim uma nova esfera para realizar os investimentos(A).

Os empresários estariam mais a favor de uma política de subsídio ao consumo (por intermédio de pensões familiares, subsídios para manter baixo o preço dos bens essenciais etc.) do que a uma política de investimento públicos, ou pelo menos, isto seria o que se poderia esperar; mas, na prática, este não é o caso. A política de subsídio encontra mais resistência do que as de investimentos públicos. Temos que levar em consideração um princípio moral da maior importância: os fundamentos da ética capitalista requerem que "se deve ganhar o pão com suor", a menos que se tenham meios próprios.

- 3) Consideramos até aqui as razões políticas da oposição à política de pleno emprego baseada em gastos públicos. Mas, ainda que esta oposição fracassasse, e isto pode acontecer pela pressão das massas, a manutenção do pleno emprego causa mudanças políticas e sociais que dão um novo ímpeto à oposição dos empresários, pois sob um regime de pleno emprego permanente a possibilidade de despedir deixa de desempenhar o papel de medida disciplinar. A posição social dos patrões diminui e a confiança e consciência de classe dos trabalhadores aumentam. As greves por aumentos salariais e para o melhoramento das condições de trabalho podem acarretar tensões políticas. É certo que os lucros aumentam numa situação de pleno emprego, em comparação a um regime de "laissez-faire", e ainda que os salários aumentem pelas pressões sindicais, é menos provável que este fato reduza os lucros do que aumente os preços, com o qual se prejudicam somente os interesses dos que ganham renda fixa. Mas "a disciplina nas fábricas" e a "estabilidade política" são mais desejadas pelos empresários do que os lucros. Seu instinto de classe lhes indica que o pleno emprego é prejudicial para seus interesses e que o desemprego é parte integral de um sistema capitalista normal.

- (A) É necessário assinalar que o investimento na indústria nacionalizada contribui para solucionar o problema de emprego somente se se baseia em princípios diferentes dos da empresa privada. O governo deve satisfazer-se com uma taxa de retorno mais baixa que a das empresas privadas, e deve distribuir no tempo seus investimentos a fim de atenuar as crises.

## II

Uma das funções mais importantes do fascismo, tipificado na Alemanha nazista, é remover as objeções capitalistas ao pleno emprego. A resistência à política governamental de gastos é superada no fascismo pelo fato de a máquina estatal estar sob o controle direto de uma associação entre o grande capital e a nova cúpula fascista. A necessidade do mito da "sound finance", que serve para impedir o governo de compensar uma crise de confiança mediante os gastos, fica eliminada. Numa democracia não se sabe o que o próximo governo vai ser. No fascismo, não há próximo governo.

A resistência aos gastos governamentais, sejam em investimentos públicos ou em consumo, é superada concentrando os gastos do Governo em armamentos. Finalmente, a "disciplinas nas fábricas" e a "estabilidade política" sob pleno emprego são mantidas pela "nova ordem", que se estende desde a supressão dos sindicatos até aos campos de concentração. A pressão política substitui a pressão econômica do desemprego.

1 - O fato de os armamentos serem a espinha dorsal da política fascista de pleno emprego tem uma profunda influência no caráter de sua economia.

O armamentismo em grande escala é inseparável da expansão das Forças Armadas e da preparação para uma guerra de conquista. Também induz a um rearmamento competitivo em outros países. Isto faz com que a direção principal dos gastos se desloque gradualmente do pleno emprego para assegurar um efeito máximo do rearmamento. E escassez de recursos resultante conduz a um corte no consumo, em comparação ao que teria existido sob pleno emprego. O sistema fascista inicia superando o desemprego, transforma-se em uma "economia armamentista" de escassez e desemboca inevitavelmente na guerra.

## III

1) Qual é o resultado prático da oposição ao "pleno emprego conseguido com gastos públicos" numa democracia capitalista? Trataremos de responder esta pergunta baseando-nos na análise das razões para esta oposição, dadas anteriormente. Argumentamos que se poderia esperar oposição dos "líderes industriais" em três planos:

- a) a oposição em princípio aos gastos públicos baseados em déficit orçamentário;
- b) a oposição a que o gasto público se dirija para investimentos estatais que podem prenunciar a intervenção do Estado em novas esferas da atividade econômica, ou através de subsídios ao consumo das massas;
- c) a oposição à manutenção do pleno emprego, no lugar de simplesmente prevenir crises profundas e prolongadas.

Contudo, é necessário reconhecer que a etapa em que os "líderes empresariais" podiam se dar ao luxo de se opor a qualquer classe de intervenção governamental para aliviar uma crise é coisa do passado. A necessidade de que "algo deve ser feito na crise" é aceita; mas o conflito continua, primeiro acerca de qual deve ser o sentido da intervenção estatal nas crises e, em segundo lugar, se esta última deve ser usada simplesmente para aliviar a crise ou para assegurar o pleno emprego permanentemente.

2) Na discussão corrente destes problemas surge repetidas vezes a concepção de combater a crise mediante estímulo ao investimento privado. Isto pode ser conseguido através da redução da taxa de juros, reduzindo-se o imposto de renda, ou subsidiando-se diretamente o investimento privado de uma ou de outra forma. Que este esquema é atraente aos empresários não constitui nenhuma surpresa. Os empresários seguem sendo o meio através do qual se efetua a intervenção. Se eles não depositam confiança na situação política, não serão "comprados" para investir. Por outro lado, a intervenção não implica que o governo lance mão do investimento (público), ou "desperdice dinheiro" subsidiando consumo.

Entretanto, pode demonstrar-se que o estímulo ao investimento privado não constitui um método adequado para impedir o desemprego em massa. Temos duas alternativas possíveis a considerar:

- A) A taxa de juros ou o imposto de renda, ou ambos, são reduzidos fortemente nas crises e aumentados no "boom". Neste caso, tanto o período como a amplitude dos ciclos econômicos serão reduzidos, mas o emprego pode situar-se longe do nível máximo (pleno emprego), não só nas crises como também no "boom"; isto é, o desemprego pode ser considerável em média, ainda que suas flutuações sejam menos pronunciadas.
- B) A taxa de juros ou o imposto de renda serão reduzidos na crise, mas não aumentados no "boom". Neste caso, o "boom" será mais prolongado, mas deve terminar em uma nova crise: uma redução na taxa de juros ou no imposto de renda certamente não elimina as forças que originam as flutuações cíclicas em uma economia capitalista. Na nova crise, é necessário voltar a reduzir a taxa de juros e o imposto de renda, e assim sucessivamente. Chegará assim um momento, não muito remoto, em que a taxa de juros terá que ser negativa e o imposto de renda terá que ser substituído por subsídio à renda. O mesmo aconteceria se fosse tentado manter o pleno emprego estimulando-se o investimento privado: a taxa de juros e o imposto de renda deveriam reduzir-se continuamente.

Somada a esta debilidade fundamental do combate ao desemprego através do estímulo ao investimento privado, existe uma dificuldade prática. A reação dos empresários face a este tipo de medidas é imprevisível. Se a depressão é aguda, eles podem adotar uma visão pessimista do futuro, e a redução na taxa de juros e do imposto de renda terá, então, por longo tempo, muito pouco ou nenhum efeito sobre o investimento e, portanto, sobre o nível de renda e emprego.

3) Mesmo aqueles que aconselham estimular o investimento privado a fim de conter os efeitos de uma crise, frequentemente não confiam exclusivamente nesta medida e imaginam que ela deve estar associada com investimentos públicos. Atualmente, tudo indica que os empresários e seus consultores especializados (ao menos parte deles) tendem a aceitar, como um mal menor, o gasto público financiado por meio de empréstimos para aliviar a crise. Contudo, eles parecem se opor firmemente ainda à criação de empregos através de subsídios ao consumo e à manutenção do pleno emprego.

Este estado de coisas é talvez sintomático do futuro regime econômico das democracias capitalistas. Nas crises, seja sob pressão das massas ou mesmo sem ela, o investimento público financiado por empréstimos será realizado para impedir o desemprego em grande escala. Mas se tentativas para aplicar este método são feitas para manter um elevado nível de emprego alcançado no "boom"

subsequente, é de se esperar uma forte oposição dos "líderes industriais". Como já foi afirmado, o pleno emprego duradouro não agrada de nenhum modo a estes últimos. Os trabalhadores lhes "escapariam das mãos" e os "capitães de indústria" estariam ansiosos para "dar-lhes uma lição". Além do mais, o aumento de preços no "boom" prejudica aos pequenos e grandes recebedores de renda fixa, tornando-os "cansados do boom".

Nesta situação, é provável que se forme um poderoso bloco constituído pelos grandes empresários e pelos interesses dos que recebem renda fixa, e estes provavelmente encontrariam mais de um economista para declarar que a situação é manifestadamente irracional. A pressão de todas estas forças, e em particular dos grandes empresários, conduziria muito provavelmente o governo a retornar a uma política ortodoxa, cortando o déficit orçamentário. Uma depressão pode se seguir, na qual a política de gastos públicos tomaria novamente o seu lugar.

Este padrão de "ciclo econômico de caráter político" não é inteiramente conjectural; algo muito semelhante ocorreu nos Estados Unidos em 1937-1938. A quebra do "boom" na segunda metade de 1937 deveu-se à drástica redução do déficit orçamentário. Por outro lado, na crise aguda que se seguiu, o Governo voltou prontamente a uma política de gastos públicos.

## ECONOMIA

### GREVE - UMA DISCUSSÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS

Artigo escrito pelo Prof. Gabriel F. Santos, Mestre em Economia e Professor da Universidade Metodista de Piracicaba e publicado no jornal POSIÇÃO do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Aplicadas.

Chamou-me a atenção no último número deste jornal um artigo intitulado "As consequências das Greves". Como professor do Departamento de Economia desta Universidade, senti-me tentado a esclarecer algumas questões ali colocadas. Todavia fiquei recessivo por julgar que o jornal abrigaria somente as posições dos estudantes e que a participação dos professores pudesse ser mal entendida e mal recebida. Com satisfação recebi a informação de que poderíamos e deveríamos participar e estou fazendo com os seguintes propósitos: 1º exercer o nosso papel de educadores através de outros meios que não a sala de aula, contribuindo para o esclarecimento de algumas questões confusas para um grande número de pessoas; 2º - incentivar a prática da discussão professor-aluno como mais uma forma de democratizarmos a Universidade, e, assim caminharmos juntos para uma tomada de consciência crítica sobre a realidade em que vivemos.

Pois bem, naquela oportunidade, o argumento básico do autor do artigo era de que as greves dos trabalhadores normalmente resultam em aumentos salariais que pressionam os custos das empresas e provocam a elevação dos preços das mercadorias, o que, afinal, tem um efeito de "bumerangue" sobre os trabalhadores (torna nulos os aumentos salariais conquistados através das greves). Assim sendo, novas greves e novos aumentos salariais ocorreriam agravando a situação inflacionária e não resolvendo o problema dos trabalhadores. Não devemos estranhar este raciocínio porque já se tornou sendo comum ouvirmo-lo repetidas vezes de diversas pessoas e, principalmente de representantes do poder público. No entanto, prossegue o articulista dizendo que devido a existência de Sindicatos mais atuantes, teríamos, a longo prazo, um aumento do desnível econômico entre as "classes sociais", ou seja, entre os trabalhadores pertencentes a sindicatos mais fortes e os demais trabalhadores, aja vista que a inflação atinge a todos indistintamente.

Tentarei responder a estes argumentos colocando algumas questões que foram omitidas e procurando esclarecer as outras. Primeiramente, temos que saber que vivemos num sistema econômico-social capitalista. Nesse sistema, as classes sociais são definidas a partir da propriedade dos meios de produção (máquinas, ferramentas, edifícios industriais etc.). Dessa forma, temos duas classes sociais básicas: os proprietários de meios de produção (capitalista) e os não proprietários (trabalhadores). Estes últimos são obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista como única forma de sobreviver. Pois bem, sabe-se que os trabalhadores recebem somente uma parte do produto por eles gerados - os salários. A outra parcela desse produto fica em poder dos capitalistas - os lucros. Ora, a existência de lucros privados é da própria essência do sistema capitalista, ou seja, o lucro é o móvel da atividade econômica. O objetivo dos capitalistas é sempre ampliar seus lucros ao passo que os trabalhadores ampliar sua participação na repartição do produto gerado pelo seu trabalho, objetivo obviamente conflitante. Daí o conflito inevitável entre o capital e o trabalho, ser elemento indispensável para se entender a dinâmica do sistema capitalista, bem como as próprias conquistas sociais dos trabalhadores. Portanto, as greves nada mais são do que a manifestação concreta deste conflito inerente ao sistema econômico capitalista.

Examinando este aspecto da questão, resta um outro esclarecimento. Refiro-me a maior frequência de greves em meio a um processo inflacionário. Inflação, como se sabe, consiste na alta generalizada dos preços dos bens e dos serviços. Se os preços das mercadorias se elevam, provavelmente os capitalistas estão aumentando seus lucros visto que estes estão embutidos nos preços. Vejamos como isto se dá. O preço de uma mercadoria é composto de custos e lucros. Como custo temos os salários dos trabalhadores, os impostos e taxas do governo, a depreciação e os insumos fornecidos por outros capitalistas. Portanto, se os impostos e salários não aumentarem e os preços se elevarem, significa que os lucros dos capitalistas estão aumentando o poder aquisitivo dos trabalhadores está caindo. Omitimos ainda a questão da produtividade do trabalho. Se esta estiver aumentando (ou seja, se estiver aumentando a produção com o mesmo número de trabalhadores), caso os preços não caiam e os salários permaneçam os mesmos, os lucros estarão aumentando. Se os preços além de não caírem, aumentarem, os lucros aumentarão ainda mais. Fica claro então, que na ausência de aumentos salariais, a inflação significa o aumento dos lucros dos capitalistas e uma perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. Conseqüentemente, as greves se tornam um recurso comum e mais frequente dos trabalhadores em períodos de aceleração inflacionária.

Fica claro, portanto que existe um conflito inevitável entre o capital e o trabalho num sistema econômico capitalista. Claro está, também, que esse conflito tende a aumentar em situações inflacionárias e que o aumento do número de greves é a manifestação mais evidente desse fenômeno. Mas por que o recurso à greve e não a outro meio de pressão? Para responder a isso, precisamos saber que, em geral, as greves irrompem depois de um início de negociações entre representantes dos trabalhadores e capitalista na qual as partes não chegaram a um acordo. A greve é, portanto, o único instrumento de pressão dos trabalhadores para fazer valer seus argumentos e, secundariamente, a melhor forma de conseguir reunir os trabalhadores para o debate da questão e o encaminhamento de propostas que representam o consenso da maioria. Quanto ao capital, a sua própria existência confere-lhe um poder de pressão muito mais amplo na medida em que os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas para conseguirem sobreviver. Além disso, o capital dispõe de todo apoio financeiro, policial e ideológico do Estado capitalista. As máquinas paradas, portanto, são a única forma de diminuir o poder do capital - o lucro - passa a ser afetado.

Entendida a colocação da greve no contexto mais amplo do conflito entre o capital e o trabalho no sistema econômico capitalista, vamos discutir que as questões das greves no Brasil e examinar melhor a afirmativa de que os aumentos conseguidos através de tanta luta. De início, podemos até concordar com tais efeitos a curto prazo para os trabalhadores. Achamos, no entanto, que os movimentos grevistas adquirem uma dimensão social e política que somente a médio e longo prazos poderemos ter respostas mais seguras sobre os seus efeitos sobre o nível de vida dos trabalhadores em geral. Quanto aos aumentos salariais, constituem causa dessa mesma inflação que corrói o salário dos trabalhadores, não poderemos aceitar tal argumento no plano estritamente econômico. Para tanto, apresentamos a seguir situações em que os aumentos de salários não provocaram elevação dos preços:

1º) Se os salários aumentassem na medida exata da inflação. Note-se que neste caso teríamos meramente uma reposição do poder aquisitivo perdido pelos trabalhadores e não um aumento real de salários.

2º) Se os aumentos salariais fossem superiores ao aumento da inflação até ao limite do aumento da produtividade do trabalho, sob a hipótese de que esse aumento da produtividade não seja transferido para os preços (baixando-os).

39) Se os aumentos salariais fossem superiores a inflação mais o aumento da produtividade, sob a hipótese de que os capitalistas aceitem obter menos lucros.

Pois bem, desde o golpe militar de 1964 os Governos vinham adotando uma política de arrocho salarial que se traduzia pela fixação de índices de aumentos salariais sistematicamente abaixo dos índices de inflação. A repressão policial do regime militar impedia qualquer organização ou manifestação dos trabalhadores. Embora a inflação, por diversos motivos que não cabe aqui explicar tivesse se reduzido num certo período, não se chegou a eliminá-la. Ora, como já pudemos explicar, na presença de inflação e com os salários aumentando menos que a inflação, os lucros se elevam. Com isso os investimentos aumentam, a economia cresce e os lucros aumentam ainda mais. Esse é um dos mecanismos que explicam o chamado "milagre econômico brasileiro". Mas, após alguns anos de relativo controle da inflação, desde 1973 voltaram a seguir pressões inflacionárias que se aceleraram a partir de 1974. Pois bem, se numa ditadura, que dispõe de todos os poderes para adotar as medidas que julgar convenientes sem dar satisfações à população, não consegue, mesmo após um arrocho salarial de 15 anos, conter a inflação, havemos de convir que as causas da inflação não estão localizadas nos salários.

Por outro lado, as greves no Brasil são relativamente recentes e atingiram, até o momento, somente uma pequena parcela da população trabalhadora. Além disso, o que os trabalhadores vêm reivindicando está ainda muito abaixo da simples reposição salarial a que teriam direito após tantos anos de arrocho salarial. Ora, como justificar racionalmente que os aumentos salariais recentes seriam capazes de elevar a inflação? Isso não só é uma heresia econômica, como se tornou num instrumento ideológico daqueles que, não conseguindo resolver os problemas criados pelo sistema capitalista, procuram um bode expiatório para justificar seus problemas. É um argumento escapista, que, em última análise, pretende legitimar o uso e o abuso da força policial para reprimir as justas reivindicações dos trabalhadores. Aliás, se os trabalhadores estivessem reivindicando aumentos de salários muito mais altos do que vêm fazendo, ainda assim os preços não precisariam ser elevados se os lucros capitalistas caíssem. Nada mais justo pois, seria dar de volta aos trabalhadores o que lhes foi tirado nestes anos todos através de um arrocho salarial que serviu para o acúmulo de riqueza de uma minoria da população. Mas os trabalhadores não estão reivindicando nem isso. À custa de muita luta, poucos têm conseguido uma simples reposição salarial.

Acreditamos ter dedicado tempo e espaço suficientes para o esclarecimento da questão de salários como causa da inflação. Examinemos agora o argumento de que os sindicatos mais fortes conseguem melhores aumentos e, conseqüentemente, na medida em que provocam inflação, provocam um desnível entre "classes sociais", ou seja, entre os trabalhadores que pertencem a sindicatos mais atuantes e aqueles que pertencem a sindicatos com menos poder de organização e luta. Cremos que o erro desse argumento está em confundir o inimigo dos trabalhadores. Na verdade, o desnível social que deve ser reduzido, no momento, é entre as duas classes sociais básicas dos sistemas econômicos capitalistas: capitalistas e trabalhadores. O conflito é "entre-classes" e não "intra-classes". Os trabalhadores podem pertencer a categorias sociais diferentes mas fazem parte da mesma classe social. Pois bem, a questão do desnível econômico entre os trabalhadores não é um problema simplesmente econômico, mas muito mais político: e é nesse nível que será resolvido. Somente a partir de uma tomada de consciência política dos trabalhadores é que esses desníveis poderão também ser reduzidos. E as greves dos

sindicatos mais fortes têm sido um elemento importante para a tomada de consciência de outras categorias profissionais. Basta ver os exemplos recentes dos lixeiros, coveiros, motoristas, cobradores, enfermeiros e outros, que não podemos dizer possuem sindicatos fortes. As atuais greves e conflitos ocorridos no Estado de Minas Gerais mostram o desespero a que chegaram alguns trabalhadores. Os acontecimentos naquele Estado talvez sejam argumentos mais fortes do que a nossa discussão acadêmica. E, enquanto persistir a alta inflacionária, não tenhamos dúvida de que aumentarão os movimentos grevistas e novos conflitos poderão ocorrer.

Finalizando, gostaríamos de deixar claro que uma outra discussão poderia ser feita sobre as causas da inflação brasileira e alternativas para combatê-la. No entanto, esse é um assunto para várias páginas que poderia ser abordado em outra oportunidade. Uma coisa, porém está bastante clara: a complexidade da inflação brasileira envolve soluções que não podem ser encontradas na visão simplista difundida pelo governo. O problema inflacionário brasileiro e outros são poderão ser atenuados quando se realizarem reformas estruturais profundas na sociedade brasileira: mas, reformas deste tipo são podem ser realizadas através de um governo de sólidas bases políticas na medida em que exigiriam uma aceitação popular e, inevitavelmente, contrariam interesses hoje beneficiados. É lógico que no atual regime militar isso se torna impossível, pois sabemos muito bem quais os interesses que defende. Ingênuo supor que um Estado capitalista autoritário não represente os interesses capitalistas. Portanto, o pressuposto para o equacionamento dos problemas brasileiros é a discussão e ampla participação de toda a população brasileira, somente possível em um autêntico regime democrático.